**Carta de manifesto das Lideranças Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN**

**Aos Ilmos. Senhores:**

Torquato Jardim

**Ministro da Justiça**

Franklimberg Ribeiro de Freitas

**Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI/MJ**

Fernando Merloto Soave

**Procurador – Ministério Público Federal do Amazonas – MPF/AM**

**6a Câmara de Coordenação e Revisão para Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público federal – MPF/PGR.**

Ilustríssimos Senhores,

Nós lideranças Indígenas e participantes da XXXIII Reunião do Conselho Diretor da Federação das Organizações Indígenas do rio Negro – FOIRN (*Diretoria executiva da FOIRN, Conselheiros do Conselho Diretor, membros lideranças das Coordenadorias regionais da FOIRN: CABC, COITUA, COIDI, CAIARNX, CAIMBRN*), reunidos no período de 05 a 07 de Julho de 2017 na Casa do Saber Indígena (Maloca da FOIRN), com objetivo de avaliar as ações estratégicas e políticas executadas pela Diretoria da FOIRN bem como seus Setores e Departamentos Políticos, Coordenadorias e pelas Associações afiliadas à FOIRN nos primeiros 06 meses de 2017, manifestamos por meio desta carta as nossas preocupações e demandas prioritárias que podem ser solucionadas através das instituições acima especificadas.

É consenso que nós lideranças Indígenas temos obtido avanços e temos enfrentado grandes desafios no decorrer das nossas ações políticas junto às políticas públicas do Estado Brasileiro. O que nos tem chamado muita atenção e tem nos deixados muito preocupados são as questões ligadas à temática de exploração minerária intermediadas e incentivadas por grupos de empresários (não indígenas) e políticos partidários dentro das nossas terras indígenas. Essas questões vêm causando constrangimentos e conflitos políticos internos entre as comunidades e lideranças indígenas interferindo assim diretamente no bem-viver indígena na região do Rio Negro.

Nesse mesmo aspecto, nós lideranças indígenas do Rio Negro apontamos que os grupos de empresários (não indígenas) e políticos partidários ao intermediar e incentivar aos indígenas a prática de exploração minerária em suas Terras, não tem pautado os instrumentos legais que impedem a exploração mineral e muito menos os instrumentos legais de consultas adequados e coletivos para se alcançar uma prática de exploração mineral em terras indígenas.

Sendo assim, manifestamos às instituições acima citadas que sejam **canceladas** todas as ***Solicitações,*** ***Concessões e Autorizações de Pesquisa e Lavra de Mineração*** nas Terras Indígenas do Rio Negro expedidas pelo ***Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM*** para empresas mineradoras. No nosso ponto de vista essas concessões e autorizações são usadas de má fé pelos empresários e alguns políticos para forçar a entrada de empresas mineradoras sem que haja uma participação ampla, consciente e coletiva das comunidades indígenas.

Reafirmamos mais uma vez que na região do Rio Negro as consultas para quaisquer áreas de exploração não podem ser feitas em uma comunidade e sim em um conjunto de comunidades, 23 povos ou região com ampla participação e representação da maioria para considerar legítima.

 Sem mais nada no momento, manifestamos aqui os nossos cordiais cumprimentos e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

São Gabriel da Cachoeira, 06 de julho de 2017.